

A agropecuária na balança comercial brasileira¹

Rogério Edivaldo Freitas²

Resumo – O objetivo do estudo foi identificar a participação do saldo comercial agropecuário no saldo comercial brasileiro. Para tal, foi construída uma base de dados de comércio agropecuário para o período 1989–2012, e foi proposta uma classificação própria dos grupos de produtos agropecuários de acordo com intervalos de distribuição no período em tela. Os resultados sinalizam o caráter superavitário estrutural do comércio agropecuário brasileiro, conquanto haja grupos de produtos deficitários e/ou grupos que representam possíveis janelas de oportunidade para melhores resultados em determinados itens.

Palavras-chave: acordo agrícola, fluxos comerciais.

Share of agriculture and livestock in Brazilian trade balance

Abstract – The objective of this paper was to identify the share of the Brazilian agricultural and livestock in Brazilian trade balance. To this end, this study prepared a specific database on agricultural and livestock trade for the period 1989–2012, and proposed a classification of the groups of agricultural and livestock products according to distribution intervals related to the mentioned period. The results point to a structural surplus of Brazilian agricultural and livestock trade. However, the study also highlights groups of products that cause deficits in the trade balance, and/or groups that represent possible windows of opportunity for better results regarding specific traded products.

Keywords: agricultural agreement, trade flows.

Introdução

Estudos clássicos dedicados à economia agrícola no Brasil (CASTRO, 1969; HOMEM DE MELLO, 1999; MARCONDES, 1995) já haviam discutido as funções centrais da agricultura no sistema econômico e, entre elas, a obtenção de divisas por meio de geração e, se possível,

ampliação de um excedente de alimentos, matérias-primas e seus processados, utilizável para exportações a consumidores externos.

Conforme estimativas da Organização das Nações Unidas – ONU – (UNITED NATIONS, 2011), em 2050 a população mundial será de cerca de 11 bilhões de pessoas. Os aumentos de

¹ Original recebido em 24/2/2014 e aprovado em 10/3/2014.

² Graduado em Ciências Econômicas, doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), professor em regime parcial da Universidade de Brasília (UnB). SBS, Quadra 1, Bloco J, 9º andar, CEP 70076-900, Brasília, DF. E-mail: rogerio.freitas@ipea.gov.br

renda per capita e das taxas de urbanização nos países em desenvolvimento, sobretudo na Ásia e África, podem acelerar as demandas internacionais por alimentos, por seus processados e por fontes de energia ambientalmente preservativas em comparação com combustíveis fósseis.

Segundo Vinholis (2012), do lado da demanda, o aumento da renda per capita média, combinado com o crescimento da população, resultou no aumento da demanda por alimentos, particularmente nos países em desenvolvimento. A elevação de renda teria propiciado não apenas o aumento de consumo de produtos básicos, mas também a diversificação de consumo, com a inclusão de mais carnes, produtos lácteos e óleos vegetais na dieta (TROSTLE, 2008).

Pelo lado da oferta, o Brasil situa-se entre os principais exportadores de alimentos, fibras e seus processados, e é um dos poucos países ainda capazes de realizar expansões de sua área de agricultura e/ou pecuária – possivelmente concentrando-se na fronteira agrícola do oeste nordestino, do norte da região Centro-Oeste e de vastas áreas da região Norte do País (FREITAS et al., 2011)³.

Reconhecida a importância da balança comercial para a manutenção do equilíbrio macroeconômico do País, faz-se importante conhecer em detalhe os fluxos comerciais agropecuários no caso brasileiro. Sob tal prisma, Bonelli e Malan (1976) já argumentavam que a capacidade de geração de divisas por meio de exportações é pelo menos tão importante quanto a eventual capacidade de poupar divisas substituindo-se importações por produção doméstica.

Assim, o objetivo do estudo é mensurar a participação do setor agropecuário nos fluxos e nos saldos comerciais brasileiros. Subsidiariamente, pretende-se identificar os principais itens da pauta agropecuária exportadora e da importadora.

Além desta introdução, o estudo conta ainda com a apresentação dos dados e metodologia, a discussão dos resultados e as considerações finais.

Dados e metodologia

Os dados utilizados são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BRASIL, 2013) e compreendem informações anuais de 1989 a 2012. Utilizou-se a definição de produto agrícola delineada no Acordo Agrícola da Rodada do Uruguai (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2011). Trata-se de categorização em boa medida referendada pelos países integrantes da OMC⁴. Ademais, e por consequência, os próprios países, de regra, negociam acordos comerciais com base nas categorias de produtos definidos no Sistema Harmonizado (SH) de Categorização de Produtos, caso dos itens do Acordo Agrícola⁵.

Nesse ponto, é obrigatório informar que a categorização brasileira de produtos nos fluxos de comércio exterior hoje está definida na chamada Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). A NCM empregada pelo Brasil originou-se da categorização anteriormente utilizada pelo País, a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM). Segundo Brasil (2012), ambas as nomenclaturas tiveram por base o SH.

Na NBM, o Brasil adotava dez dígitos, visto que criou quatro, além dos seis dígitos do padrão internacional do SH. Para a composição das NCMs, os países do Mercosul consolidaram a classificação em oito dígitos, ao acrescentarem mais dois dígitos de identificação de mercadorias aos códigos SH.

Isso posto, os produtos selecionados conforme esse critério constam da Tabela 1, e tal categorização inclui produtos já processados

³ Conforme Gasques (2012), ainda que 235 milhões de hectares já tenham sido incorporados à produção agropecuária no Brasil, 82 milhões de hectares são áreas ainda disponíveis para as respectivas atividades, sem avanços sobre áreas protegidas pela legislação. Acerca desse ponto, ver, também, Barros (2012).

⁴ Até 2012, a OMC contava com 153 países-membros (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2012).

⁵ Este tem sido o padrão de taxonomia utilizado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil no processo de trocas de ofertas comerciais.

Tabela 1. Códigos SH do Acordo Agrícola.

Capítulo SH	Item
1 e 2	Todos
4 a 24	Todos (exceto peixes e suas preparações)
29	2905.43 e 2905.44
33	33.01
35	35.01 a 35.05
38	3809.10 e 3823.60
41	41.01 a 41.03
43	43.01
50	50.01 a 50.03
51	51.01 a 51.03
52	52.01 e 52.03
53	53.01 e 53.02

Fonte: adaptado de World Trade Organization (2011).

em atividades industriais, a exemplo de produtos químicos orgânicos (SH29) e vinhos (SH22).

Para que todo o período de dados disponíveis (1989–2012) pudesse ser empregado na análise, foram feitos procedimentos operacionais de compatibilização entre as duas definições (NBM e NCM), apresentados a seguir.

- 1) O código SH 3823.60, que corresponde a sorbitol (poliálcool também chamado de glucitol) n.e.p., consta da lista do Acordo Agrícola, mas não foi localizado na NCM. De qualquer forma, a NCM 2905.44 já contempla o D-Glucitol (sorbitol).
- 2) A NCM 3823.70 está associada a alcoóis graxos industriais e a outras misturas de alcoóis primários alifáticos e corresponde à NBM 1519.20, que não pertence ao capítulo 15 na listagem da NCM (gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal). Logo, a NCM 3823.70 não foi incluída neste estudo.

3) Entre as alíneas 1603 da NBM, há duas que não se referem a peixes, mas sim a carnes, e, portanto, foram incluídas no total agropecuário deste estudo. São elas: NBM 1603000101 (extratos de carnes) ↔ NCM 16030000 (extratos e sucos de carnes, de peixes, de crustáceos, etc.); e NBM 1603000201 (sucos de carnes) ↔ NCM 16030000 (extratos e sucos de carnes, de peixes, de crustáceos, etc.). A respectiva NCM não foi incluída neste estudo por não distinguir as carnes dos peixes e dos crustáceos. Já as alíneas 1604 e 1605 da NBM referem-se exclusivamente a peixes e/ou crustáceos; assim, foram excluídas em todos os anos da série.

4) As NBMs 2208100101, 2208100102, 2208100199, 2208109901, 2208109902, 2208109903, 2208109904, 2208109905 e 2208109999 correspondem à NCM 21069010. Ambos os capítulos (21 e 22) pertencem integralmente ao Acordo Agrícola, e todas as alíneas citadas foram incluídas.

5) A NBM 1301909900 (outras gomas, resinas, gomas-resinas e bálsamos naturais) corresponde à NCM 33019040 (óleos resinas de extração). Ambos os itens pertencem integralmente ao Acordo Agrícola e foram incluídos no estudo.

6) A NCM 35029010 (soroalbumina) corresponde à NBM 300210020 (soro albumina). Portanto, a NBM 300210020 foi incluída no estudo.

Todas as compatibilizações acima tiveram por base Brasil (2012).

Compatibilizada a base de dados, a estratégia metodológica baseou-se no seguinte tratamento dos dados⁶:

- a) Totalização das exportações, importações e saldos agropecuários em cada ano da série. Subsequentemente, calculou-se

⁶ Tais procedimentos apoiam-se em Sartoris Neto (2003) e em Bussab e Morettin (1987).

a participação dos fluxos comerciais agropecuários (A) nos fluxos comerciais totais (T) da economia brasileira, de acordo com a equação

$$I_{1it} = (A_{it})/(T_{it}) \quad (1)$$

em que i = exportação, importação, saldo comercial; t = 1989, ..., 2012.

b) Comparação dos fluxos comerciais agropecuário e total, tomando-se o ano base (1989) como igual a 100, conforme as equações

$$I_{2it} = [(A_{it})/(A_{i1989})] \quad (2a)$$

em que i = exportação, importação; t = 1990, ..., 2012, e

$$I_{2it} = [(T_{it})/(T_{i1989})] \quad (2b)$$

em que i = exportação, importação; t = 1990, ..., 2012.

c) Cálculo da participação média, ao longo dos 24 anos disponíveis, dos grupos (G) de produtos NCM²⁷ nas exportações agropecuárias e nas importações agropecuárias:

$$I_{3ijt} = \sum_{t=1989}^{2012} [(G_{ijt})/(A_{it})]/24 \quad (3)$$

em que i = exportação, importação; j = j -ésimo grupo de produtos; t = 1989, ..., 2012.

d) Com base nas etapas anteriores, propõe-se classificar os grupos de produtos em termos de seu desempenho comercial

para o período 1989–2012 (Tabela 2) nos seguintes termos:

- Grupo de produtos superavitários: com saldo comercial positivo nos 24 anos observados.
- Grupo de produtos predominantemente superavitários: com saldo comercial positivo em, no mínimo, 18 anos da série, ou seja, em pelo menos 75% dos anos avaliados.
- Grupo de produtos oscilantes: com saldo comercial positivo em pelo menos 7 e no máximo 17 anos da série.
- Grupo de produtos predominantemente deficitários: com saldo comercial negativo em, no mínimo, 18 anos da série, ou seja, em pelo menos 75% dos anos avaliados.
- Grupo de produtos deficitários: com saldo comercial negativo nos 24 anos observados.

Os comentários dos subitens precedentes estão resumidos na Tabela 2.

Este último procedimento busca categorizar os resultados comerciais dos grupos de produtos, ao longo do intervalo de tempo em tela, com base na ideia de quartis de distribuição, conforme o total de anos em que um grupo de produtos foi superavitário (ou deficitário) nos seus fluxos comerciais, e ampara-se nas discussões presentes em Bussab (1988) e Greene (2000).

Resultados e discussão

Este item aborda os tópicos: exportações agropecuárias, importações agropecuárias, e o saldo correspondente.

⁷ Refere-se à agregação com dois dígitos na taxonomia da NCM.

Tabela 2. Desempenho comercial dos grupos de produtos (SH).

Anos superavitários	Anos deficitários	Característica
24	0	Sempre superavitário
[18; 23]	[1; 6]	Predominantemente superavitário
[7; 17]	[17; 7]	Oscilante
[1; 6]	[18; 23]	Predominantemente deficitário
0	24	Sempre deficitário

Fonte: adaptado de Bussab (1988) e Greene (2000).

Exportações

Os resultados obtidos apontam para um gradual – conquanto moderado – crescimento na participação da agropecuária no total de divisas auferidas pelas exportações brasileiras de 1989 a 2012. Nesse prazo, os produtos agropecuários foram responsáveis por 29%, em média, dos valores exportados pelo País.

Em termos de oscilações registradas, a menor participação foi verificada em 2000 (23%), e o pico participativo deu-se em 2009 (36%). É razoável dizer que tais oscilações estejam associadas à conjuntura cíclica internacional⁸ e às respectivas variações no sistema cambial doméstico, bem como a aumentos da renda per capita interna e a alterações em sua distribuição.

A Tabela 3 apresenta os valores comentados.

Entretanto, observa-se alguma diferenciação entre os subperíodos 1989–1993, 1994–2008 e 2009–2012. No primeiro caso, a participação da agropecuária nas exportações brasileiras totais foi, em média, de 27%. Já de 1994 a 2008, essa parcela situou-se na casa dos 29%, em média. E, no terceiro subperíodo, cresceu para 33%.

Além disso, há tendência de crescimento, no tempo, da participação da pauta agropecuária⁹ nas exportações totais: a reta de tendência da série (Figura 1) inicia-se na casa dos 27% para finalizar próxima dos 31%.

Tabela 3. Exportações agropecuárias (US\$ correntes) e participação (%) da agropecuária nas exportações totais brasileiras, de 1989 a 2012.

Ano	Exportações agropecuárias (US\$ correntes)	Agropecuária/total (%)
1989	9.561.609.824	28
1990	8.857.056.082	29
1991	8.059.045.989	26
1992	9.259.012.498	26
1993	9.891.251.574	26
1994	12.797.763.285	30
1995	13.639.870.578	30
1996	14.573.136.370	31
1997	16.660.265.678	31
1998	15.365.218.351	30
1999	13.960.649.324	29
2000	12.896.814.775	23
2001	16.290.504.096	28
2002	17.075.712.962	28
2003	21.286.202.452	29
2004	27.918.743.743	29
2005	31.794.597.680	27
2006	36.547.574.730	27
2007	44.546.310.555	28
2008	57.994.032.161	29
2009	54.598.858.171	36
2010	63.503.785.046	31
2011	81.550.957.112	32
2012	83.238.875.504	34

Fonte: resultados do estudo com base em Brasil (2013).

⁸ Aprofundamentos sobre essa questão fogem ao escopo do presente estudo. Para uma discussão inicial sobre esse ponto, ver Mata e Freitas (2008).

⁹ Há argumentos que ressaltam o caráter dinâmico de muitos itens agropecuários exportados. Conforme Barros e Goldenstein (1998), muitos dos produtos exportados pelo Brasil são preconceituosamente considerados menos nobres, como o frango, mas tal produção, segundo esses autores, contemplaria mais tecnologias do que tinha 80% do velho parque industrial local.

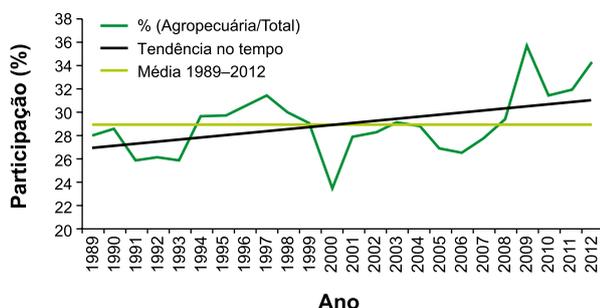


Figura 1. Participação da agropecuária nas exportações, e tendência no tempo.

Fonte: resultados do estudo com base em Brasil (2013).

Já em termos dos principais itens componentes da pauta agropecuária exportadora, cinco grupos de produtos totalizaram participação média (entre os anos) de 65% das exportações agropecuárias (Tabela 4): sementes e oleaginosas (NCM12, 14,61%)¹⁰, carnes e miudezas

(NCM02, 13,53%), resíduos das indústrias alimentares (NCM23, 13,52%), açúcares e confeitaria (NCM17, 11,95%) e café e mates (NCM09, 11,51%).

Agregados, esses produtos oscilaram de 55,80% (1990) a 73,23% (2011) das receitas de exportações agropecuárias de 1989 a 2012.

Uma observação adicional necessária é que muitos capítulos SH não são de exportação contínua; vale dizer que geraram exportações em alguns exercícios mas não em outros. Igualmente, dentro dos anos avaliados, não necessariamente há exportações regulares em todos os meses correspondentes. Esses processos estão possivelmente associados a condições de oferta local e de demanda externa específicas, variantes de acordo com cada um dos 33 grupos de produtos integrantes do Acordo Agrícola.

Tabela 4. Participação média (1989–2012) dos grupos de produtos nas exportações agropecuárias.

Grupo de produtos (NCM)	Média (%)	Grupo de produtos (NCM)	Média (%)
Sementes e oleaginosas (12)	14,61	Óleos essenciais e resinoides (33)	0,41
Carnes e miudezas (02)	13,53	Leite e laticínios (04)	0,33
Resíduos de ind. alimentares (23)	13,52	Preparações de cereais (19)	0,27
Açúcares e confeitaria (17)	11,95	Animais vivos (01)	0,25
Café e mates (09)	11,51	Gomas e resinas vegetais (13)	0,17
Preparações de hortícolas (20)	7,44	Plantas vivas e floricultura (06)	0,09
Tabaco e manufaturados (24)	6,78	Produtos hortícolas (07)	0,08
Óleos animais ou vegetais (15)	4,89	Malte, amidos e féculas (11)	0,08
Preparações de carne e peixes (16)	2,49	Lã e pelos finos ou grosseiros (51)	0,05
Preparações alimentícias (21)	2,36	Seda (50)	0,04
Frutas (08)	2,05	Produtos químicos orgânicos (29)	0,04
Bebidas e vinagres (22)	1,73	Matérias para entrançar (14)	0,03
Cereais (10)	1,72	Peles e couros (41)	0,02
Cacau e preparações (18)	1,64	Outras fibras têxteis vegetais (53)	0,01
Algodão (52)	0,92	Produtos diversos de ind. quím. (38)	0,01
Outros itens de origem animal (05)	0,53	Peleteria e suas obras (43)	0,01
Matérias albuminoides e colas (35)	0,48	Produtos farmacêuticos (30)	0,01

Fonte: resultados do estudo com base em Brasil (2013).

¹⁰ A taxonomia inclui, no capítulo 12, não somente a soja para sementeira e os outros grãos de soja, mas também a farinha de soja, e não se restringe exclusivamente a essa oleaginosa. Ao mesmo tempo, o capítulo 23 contempla farinhas, farelos e bagaços outros que não apenas os derivados da extração do óleo de soja.

Importações

Quanto às oscilações relacionadas às importações agropecuárias, a participação mais modesta foi de 4%, registrada nos exercícios de 2005, 2006, 2008 e 2010. Já os anos de 1991 e 1994 representaram os picos participativos, quando a agropecuária contabilizou 13% das despesas de importações (Tabela 5).

Todavia, ressaltam-se subperíodos distintos entre si, ou seja, os intervalos 1989–1996,

Tabela 5. Importações agropecuárias (US\$ correntes) e participação (%) da agropecuária nas importações totais brasileiras, de 1989 a 2012.

Ano	Importações agropecuárias (US\$ correntes)	Agropecuária/total (%)
1989	2.055.022.768	11
1990	2.246.363.527	11
1991	2.662.683.555	13
1992	2.201.353.183	11
1993	3.135.171.605	12
1994	4.386.571.380	13
1995	6.086.738.667	12
1996	6.591.822.296	12
1997	5.847.492.130	10
1998	5.824.377.325	10
1999	4.092.802.268	8
2000	3.929.600.425	7
2001	3.255.383.209	6
2002	3.230.191.458	7
2003	3.514.310.440	7
2004	3.172.651.181	5
2005	3.191.432.625	4
2006	4.021.712.545	4
2007	5.454.293.373	5
2008	7.372.585.026	4
2009	6.452.571.683	5
2010	7.965.771.496	4
2011	10.784.716.296	5
2012	10.405.189.339	5

Fonte: resultados do estudo com base em Brasil (2013).

1997–2004 e 2005–2012. No primeiro subperíodo, a participação da agropecuária nas importações brasileiras totais foi, na média, de 12%. No segundo momento, de 1997 a 2004, essa parcela declinou para 8%. E, no terceiro subperíodo, 2005–2012, decresceu novamente, agora para 5%, em média.

Ainda que o valor médio da série seja de 8%, é digno de nota que desde 1999 não foram registrados valores superiores a esse percentual. Também, desde 2004 as importações de bens agropecuários têm representado de 4% a 5% das importações totais.

Esses argumentos enfatizam a tendência de decrescimento da parcela da pauta agropecuária nas importações totais: a reta de tendência da série (Figura 2) inicia-se na casa dos 13% para encerrar-se quase 10 p.p. abaixo.

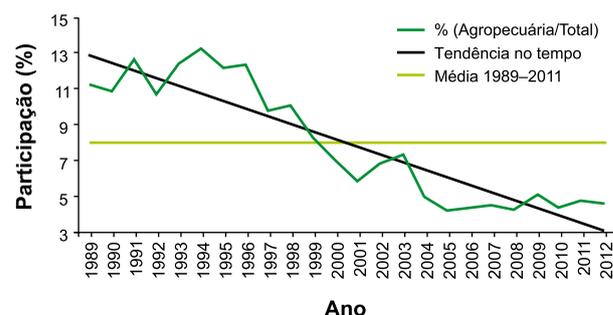


Figura 2. Participação da agropecuária nas importações, e tendência no tempo.

Fonte: adaptado de Brasil (2013).

Quanto aos itens mais importantes da pauta agropecuária importadora, dois subgrupos são identificados (Tabela 6). O primeiro é composto por cereais (NCM10) e por malte, amidos e féculas (NCM11), que, em conjunto, responderam por, em média, 36% das importações agropecuárias totais, no período 1989–2012. Já o segundo subgrupo está representado por seis categorias de produtos, cuja representatividade no mesmo critério foi de 5% a 10%, isto é: óleos animais ou vegetais (NCM15; 6,63%), leite e laticínios (NCM04;

Tabela 6. Participação média (1989–2012) dos grupos de produtos nas importações agropecuárias.

Grupo de produtos (NCM)	Média (%)	Grupo de produtos (NCM)	Média (%)
Cereais (10)	23,90	Animais vivos (01)	1,00
Malte, amidos e féculas (11)	11,74	Óleos essenciais e resinoides (33)	0,87
Óleos animais ou vegetais (15)	6,63	Açúcares e confeitaria (17)	0,81
Leite e laticínios (04)	6,45	Tabaco e manufaturados (24)	0,79
Bebidas e vinagres (22)	6,45	Matérias albuminoides e colas (35)	0,73
Algodão (52)	6,43	Café e mates (09)	0,57
Frutas (08)	5,74	Peles e couros (41)	0,32
Produtos hortícolas (07)	5,55	Outras fibras têxteis vegetais (53)	0,21
Carnes e miudezas (02)	3,90	Plantas vivas e floricultura (06)	0,17
Sementes e oleaginosas (12)	3,81	Produtos químicos orgânicos (29)	0,07
Preparações de hortícolas (20)	3,37	Lã e pelos finos ou grosseiros (51)	0,06
Preparações alimentícias (21)	2,36	Matérias para entrançar (14)	0,05
Cacau e preparações (18)	2,25	Preparações de carne (16)	0,04
Resíduos de ind. alimentares (23)	1,96	Produtos farmacêuticos (30)	0,03
Outros itens de origem animal (05)	1,33	Peleteria e suas obras (43)	0,02
Preparações de cereais (19)	1,31	Seda (50)	0,01
Gomas e resinas vegetais (13)	1,05	Produtos diversos de ind. quím. (38)	0,01

Fonte: resultados do estudo com base em Brasil (2013).

6,45%), bebidas e vinagres (NCM22; 6,45%), algodão (NCM52; 6,43%), frutas (NCM08; 5,74%) e produtos hortícolas (NCM07; 5,55%).

Em conjunto, esses oito grupos de produtos oscilaram entre 65,34% (2005) e 85,08% (1993) das importações de produtos agropecuários no período avaliado.

Um lembrete importante, nesse ponto, é que, embora menos frequentemente do que no caso das exportações, também para as importações agropecuárias houve grupos de produtos de importação descontínua, vale dizer, de anos sem valores importados registrados. É o que se observou nos capítulos 43 (peleteria e suas obras) e 50 (seda).

Saldo

Em relação aos saldos comerciais produzidos pela agropecuária no período avaliado, três elementos devem ser sublinhados (Tabela 7).

O primeiro elemento é a vigência de superávits comerciais agropecuários para todos os anos de 1989 a 2012. Esse fato ocorreu em um contexto de distintos padrões monetários (cruzeiro novo, cruzeiro, cruzeiro real, real) e diferentes regimes cambiais, além de ter sobrevivido às crises internacionais do México (1994), da Ásia (1997) e da Rússia (1998). Assim, é de se aventar a natureza estrutural de tais resultados.

Outro ponto evidenciado é o caráter crescente dos saldos agropecuários a partir de 1998, numa tendência positiva. Sob esse aspecto, é notável que o saldo comercial agropecuário em 2012 tenha sido quase oito vezes aquele registrado em 1998.

E, em terceiro plano, é marcante a presença agropecuária nos saldos comerciais da economia brasileira (Tabela 7, última coluna), de modo que o segmento minimizou os déficits comerciais verificados de 1995 a 2000, além de

Tabela 7. Saldos total, não agropecuário e agropecuário (US\$ correntes), e participação (%) da agropecuária no superávit comercial brasileiro⁽¹⁾ de 1989 a 2012.

Ano	Saldo total (US\$ correntes)	Saldo não agropecuário (US\$ correntes)	Saldo agropecuário (US\$ correntes)	Agropecuária/total (%)
1989	15.832.406.086	8.325.819.030	7.506.587.056	47
1990	10.373.276.718	3.762.584.163	6.610.692.555	64
1991	10.237.978.249	4.841.615.815	5.396.362.434	53
1992	14.951.047.002	7.893.387.687	7.057.659.315	47
1993	13.088.323.880	6.332.243.911	6.756.079.969	52
1994	10.023.499.672	1.612.307.767	8.411.191.905	84
1995	-4.085.723.843	-11.638.855.754	7.553.131.911	n.d.
1996	-5.599.038.998	-13.580.353.072	7.981.314.074	n.d.
1997	-6.752.886.561	-17.565.660.109	10.812.773.548	n.d.
1998	-6.623.614.429	-16.164.455.455	9.540.841.026	n.d.
1999	-1.288.767.745	-11.156.614.801	9.867.847.056	n.d.
2000	-731.743.273	-9.698.957.623	8.967.214.350	n.d.
2001	2.684.835.899	-10.350.284.988	13.035.120.887	486
2002	13.195.998.900	-649.522.604	13.845.521.504	105
2003	24.877.569.712	7.105.677.700	17.771.892.012	71
2004	33.842.223.147	9.096.130.585	24.746.092.562	73
2005	44.928.809.232	16.325.644.177	28.603.165.055	64
2006	46.456.889.045	13.931.026.860	32.525.862.185	70
2007	40.031.626.580	939.609.398	39.092.017.182	98
2008	24.957.675.295	-25.663.771.840	50.621.447.135	203
2009	25.272.399.817	-22.873.886.671	48.146.286.488	191
2010	20.154.548.049	-35.383.465.501	55.538.013.550	276
2011	29.803.517.329	-40.962.723.487	70.766.240.816	237
2012	19.425.346.448	-53.408.339.717	72.833.686.165	375

⁽¹⁾ Somente definida quando o saldo total é positivo.

Fonte: resultados do estudo com base em Brasil (2013).

ter contrabalanceado os déficits comerciais não agropecuários de 2008 a 2012.

É válido registrar que uma reta de tendência linear simples, projetada sobre os saldos comerciais agropecuários, informa um acréscimo médio anual da ordem de US\$ 2,7 bilhões no intervalo 1989–2012. Calculando-se a tabela ANOVA e o teste F (BUSSAB, 1988; GREENE, 2000) para a reta estimada, obteve-se que esta

foi estatisticamente significativa no nível de 1% de probabilidade de erro (Figura 3).

A título de comparação, é possível também analisar o comportamento das exportações não agropecuárias e das importações não agropecuárias, assim como das exportações agropecuárias e das importações agropecuárias, tomando-se como base 100 para o primeiro ano da série. Isso pode ajudar a compreender os dados de saldos na Tabela 7.

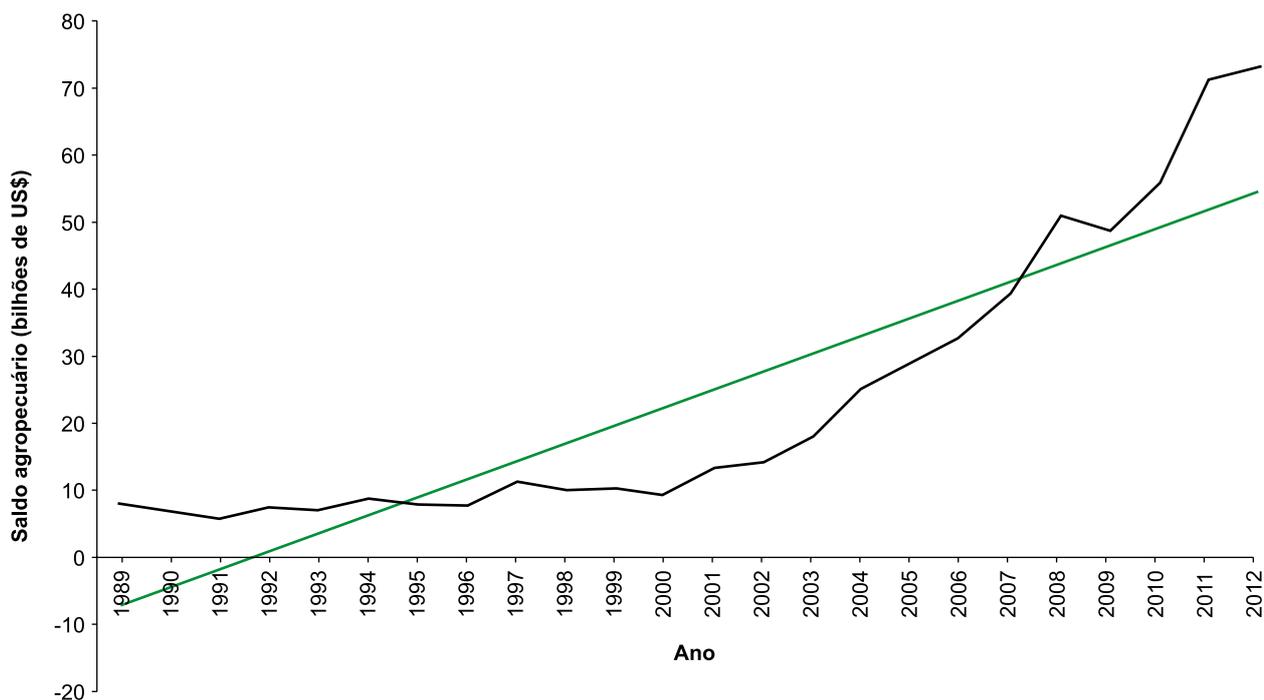


Figura 3. Tendência linear do saldo agropecuário brasileiro no período 1989–2012.

Fonte: resultados do estudo com base em Brasil (2013).

No primeiro caso, dos produtos não agropecuários, o crescimento sobre a base de 1989 foi pró-importações, em comparação com as exportações – a partir do exercício de 1993, particularmente no intervalo 2006–2012. Ao mesmo tempo, de acordo com a Figura 4, do lado dos produtos agropecuários, de 1992 a 2001, foi mais acentuado o crescimento das importações, fenômeno que se reverteria a favor das exportações agropecuárias de 2002 a 2012.

Por fim, com base na Tabela 2, dos procedimentos metodológicos, obteve-se a Tabela 8. Além dos resultados do desempenho comercial agregado dos produtos agropecuários, há uma miríade de resultados diferenciados quando se desmembram os dados dos grupos de produtos (NCM) agropecuários ao longo do período em tela.

Dessa forma, observaram-se 12 grupamentos de produtos sempre superavitários, aos quais se poderia atribuir uma estrutura superavitária

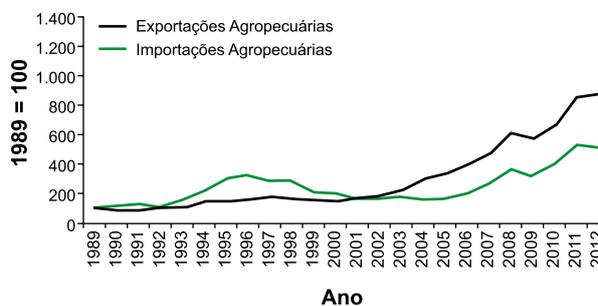
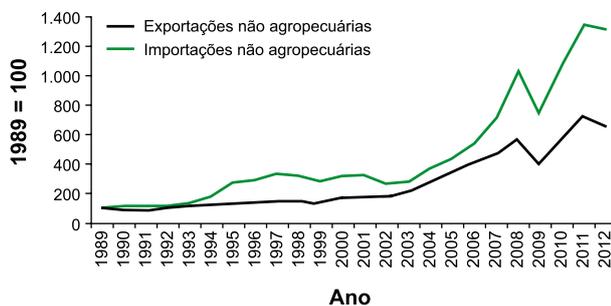


Figura 4. Exportações e importações não agropecuárias e agropecuárias (1989 = 100).

Fonte: resultados do estudo com base em Brasil (2013).

Tabela 8. Desempenho dos grupos de produtos agropecuários (SH) em 1989–2012.

Grupo SH	Anos superavitários	Anos deficitários	Característica
Carnes e miudezas (02)	24	0	Sempre superavitário
Outros itens de origem animal (05)	24	0	Sempre superavitário
Café e mates (09)	24	0	Sempre superavitário
Sementes e oleaginosas (12)	24	0	Sempre superavitário
Óleos animais ou vegetais (15)	24	0	Sempre superavitário
Preparações de carne e peixes (16)	24	0	Sempre superavitário
Açúcares e confeitaria (17)	24	0	Sempre superavitário
Preparações de hortícolas (20)	24	0	Sempre superavitário
Preparações alimentícias (21)	24	0	Sempre superavitário
Resíduos de ind. alimentares (23)	24	0	Sempre superavitário
Tabaco e manufaturados (24)	24	0	Sempre superavitário
Matérias albuminoides e colas (35)	24	0	Sempre superavitário
Cacau e preparações (18)	23	1	Predominantemente superavitário
Produtos químicos orgânicos (29)	23	1	Predominantemente superavitário
Óleos essenciais e resinoides (33)	23	1	Predominantemente superavitário
Lã e pelos finos ou grosseiros (51)	23	1	Predominantemente superavitário
Plantas vivas e floricultura (06)	22	2	Predominantemente superavitário
Frutas (08)	20	4	Predominantemente superavitário
Matérias para entrançar (14)	19	5	Predominantemente superavitário
Seda (50)	19	5	Predominantemente superavitário
Preparações de cereais (19)	15	9	Oscilante
Peleteria e suas obras (43)	14	10	Oscilante
Bebidas e vinagres (22)	12	12	Oscilante
Algodão (52)	12	12	Oscilante
Produtos diversos de ind. quím. (38)	11	13	Oscilante
Animais vivos (01)	10	14	Oscilante
Leite e laticínios (04)	6	18	Predominantemente deficitário
Cereais (10)	4	20	Predominantemente deficitário
Peles e couros (41)	3	21	Predominantemente deficitário
Gomas e resinas vegetais (13)	2	22	Predominantemente deficitário
Produtos hortícolas (07)	0	24	Sempre deficitário
Malte, amidos e féculas (11)	0	24	Sempre deficitário
Outras fibras têxteis vegetais (53)	0	24	Sempre deficitário
Produtos farmacêuticos (30)	0	8	Sempre deficitário

Fonte: resultados do estudo com base em Brasil (2013).

em termos globais, e que não experimentaram déficits nos últimos 24 anos (Tabela 8). Esses sub-grupos expressam a força do setor agropecuário brasileiro nos mercados mundiais.

Ao lado desses, há oito categorias com desempenho predominantemente¹¹ superavitário, com produtos nos quais o Brasil ainda pode realizar, provavelmente, ajustes de natureza micro-econômica que possam conferir a consolidação de uma posição provedora nos mercados mundiais, sem prejuízo do abastecimento interno.

De outra sorte, oito grupos de produtos apresentaram-se sempre ou predominantemente¹² deficitários nos anos observados: gomas e resinas vegetais (NCM13), peles e couros (NCM41), cereais (NCM10), leite e laticínios (NCM04), produtos hortícolas (NCM07), malte, amidos e féculas (NCM11), outras fibras têxteis vegetais (NCM53) e produtos farmacêuticos (NCM30).

Em paralelo, mas igualmente relevante, citam-se os grupos de produtos de comportamento oscilante entre déficits e superávits no intervalo disponível para o estudo. Dessa forma, nos casos de animais vivos (NCM01), produtos diversos de indústrias químicas (NCM38), bebidas e vinagres (NCM22), algodão (NCM52), peleteria e suas obras (NCM43) e preparações de cereais (NCM19), estudos específicos podem trazer dados novos acerca das condições de inserção internacional mais intensa, por meio da ocupação de nichos de mercados ou de mercados emergentes em expansão.

No agregado, tais números significam que 20 grupos de produtos foram superavitários ou predominantemente superavitários, 8 deficitários ou predominantemente deficitários, e 6 oscilantes. Os números reiteram estudos realizados (VIEIRA et al., 2001) em relação à condição de competição da agropecuária local.

Considerações finais

Quanto às exportações, observou-se gradual e moderado crescimento na participação da pauta agropecuária no total de divisas de exportações brasileiras de 1989 a 2012. Nesse intervalo, os produtos agropecuários foram responsáveis por, em média, 29% dos valores exportados pelo País.

Quanto aos principais produtos da pauta agropecuária exportadora, cinco grupos de produtos destacaram-se e responderam por (em média) dois terços dos valores devidos às exportações agropecuárias: sementes e oleaginosas, carnes e miudezas, resíduos das indústrias alimentares, açúcares e confeitaria, e café e mates.

Nas aquisições pelo Brasil do mercado internacional, as importações agropecuárias responderam pelo percentual médio de 8% das despesas globais de importações brasileiras de 1989 a 2012. Entretanto, houve perda de espaço das despesas agropecuárias nas importações agregadas da economia brasileira, participação que hoje não ultrapassa 5% dos gastos do País em importações.

Os dois grupos de produtos mais representativos na pauta agropecuária importadora foram estes: cereais; e malte, amidos e féculas. Na primeira posição, os cereais representaram quase US\$ 1,00 a cada US\$ 4,00 das importações agropecuárias brasileiras. O grupo de malte, amidos e féculas respondeu pelo percentual médio de 12% das importações agropecuárias brasileiras. Nas posições seguintes, seis grupos de produtos devem ser citados: óleos animais ou vegetais, leite e laticínios, bebidas e vinagres, algodão, frutas, e produtos hortícolas.

Na questão dos saldos comerciais, o principal resultado remete à presença de superávits comerciais agropecuários em todos os anos observados, mesmo em exercícios nos quais o saldo comercial brasileiro foi negativo. Igualmente,

¹¹ Superavitários em no mínimo 75% dos anos da série, ou seja, pelo menos 18 anos.

¹² Deficitários em no mínimo 75% dos anos da série, isto é, pelo menos 18 anos. Note-se que, para os itens agropecuários do capítulo 30 (produtos farmacêuticos), foram contabilizados somente os dados de 1989 a 1996, pois, na transição entre a NBM (1989–1996) e a NCM (1996–2012), determinados subitens com oito dígitos desapareceram ou passaram a existir.

em relação aos saldos comerciais agropecuários, outro elemento merece observação: a tendência de crescimento dos saldos agropecuários nos últimos 24 anos, em especial a partir do ano 2000.

Ademais, dois fenômenos devem ser comentados.

Primeiramente, cita-se a presença de grupos de produtos sempre ou predominantemente deficitários nos anos observados: produtos hortícolas; malte, amidos e féculas; produtos farmacêuticos; outras fibras têxteis vegetais; cereais; gomas e resinas vegetais; peles e couros; e leite e laticínios.

Também é importante citar a ocorrência de produtos (animais vivos; preparações de cereais; bebidas e vinagres; produtos diversos das indústrias químicas; peleteria e suas obras; e algodão) que podem concretizar maior penetração nos mercados internacionais.

Algumas questões estão atreladas aos argumentos aqui postos e devem ser observadas em análises futuras, por exemplo: mapeamento das principais mercadorias (no detalhamento de NCM 8 dígitos) exportadas/importadas pela agropecuária brasileira; identificação do potencial de crescimento dos principais compradores de produtos agropecuários brasileiros; avaliação de sensibilidade das exportações agropecuárias brasileiras a oscilações de câmbio e de renda interna por grupo de produto; e análise pela ótica dos insumos agropecuários.

Ressalve-se a simplicidade metodológica do trabalho. Há condicionantes paralelos que não foram considerados. Ademais, existem limitadores sistêmicos que afetam a produção e a comercialização de produtos agropecuários brasileiros e que, por conseguinte, impactam o desempenho de saldo comercial nesses itens.

Contudo, entende-se que os resultados aqui expostos podem ser úteis para o desenho de políticas relativas aos produtos e subsetores analisados, bem como para os respectivos agentes envolvidos e gestores públicos.

Referências

- BARROS, J. R. M. de. O Brasil e a agricultura mundial. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 5 fev. 2012.
- BARROS, J. R. M. de; GOLDENSTEIN, L. Economia competitiva, solução para a vulnerabilidade. In: VELLOSO, J. P. R. (Org.). **O Brasil e o mundo no limiar do novo século**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1998. v. 2, p.137-150.
- BONELLI, R.; MALAN, P. S. Os limites do possível: notas sobre o balanço de pagamentos e indústria nos anos 70. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 353-406, ago. 1976.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. 2013. Disponível em: <<http://alicerweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Correlação de Nomenclaturas - NCM x NBM**. 2012. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1102&refr=605>>. Acesso em: 30 jun. 2012.
- BUSSAB, W. de O. **Análise de variância e de regressão**. 2. ed. São Paulo: Atual, 1988. 148 p.
- BUSSAB, W. de O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. São Paulo: Atual, 1987. 322 p.
- CASTRO, A. B. de. Agricultura e desenvolvimento no Brasil. In: CASTRO, A. B. de. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 79-144.
- FREITAS, R. E.; MENDONÇA, M. A. A. de; LOPES, G. O. Expansão de área agrícola nas mesorregiões brasileiras. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano 20, n. 1, p. 100-116, jan./fev./mar. 2011.
- GASQUES, J. G. Qual o futuro da produção de alimentos? In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS DAS CIÊNCIAS HUMANAS, 1.; CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO, 2., 2011, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Ipea, 2012. CODE 2011.
- GREENE, W. H. **Econometric Analysis**. 4. ed. New Jersey: Prentice-Hall, 2000. 1004 p.
- HOMEM DE MELLO, F. O Plano Real e a agricultura brasileira: perspectivas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 146-155, out./dez.1999.
- MARCONDES, R. L. Agricultura e desenvolvimento no Brasil: trinta anos depois. **Economia & Empresa**, São Paulo, v. 2, n. 2, p.56-65, abr./jun.1995.
- MATA, D. da; FREITAS, R. E. Produtos agropecuários: para quem exportar? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 46, n. 2, p. 257-290, abr./jun. 2008.

SARTORIS NETO, A. **Estatística e introdução à econometria**. São Paulo: Saraiva, 2003. 426 p.

TROSTLE, R. **Global agricultural supply and demand: factors contributing to the recent increase in food commodity prices**. Washington, DC: USDA, 2008. 30 p. (Outlook Report, WRS-0801). Disponível em: <<http://www.ers.usda.gov/Publications/WRS0801/>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **World Population Prospects: The 2010 Revision**. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/Excel-Data/population.htm>>. Acesso em: 21 set. 2011.

VIEIRA, R. de C. M. T.; TEIXEIRA FILHO, A. R.; OLIVEIRA, A. J. de; LOPES, M. R. (Ed.). **Cadeias produtivas no Brasil**: análise da competitividade. Brasília, DF: Embrapa

Comunicação para Transferência de Tecnologia: Embrapa Secretaria de Administração Estratégica, 2001. 469 p.

VINHOLIS, M. de M. B. **Fatores determinantes da adoção da certificação SISBOV/TRACES na pecuária de corte do Estado de São Paulo**. 2013. 231 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **Agreement on Agriculture**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/14-ag.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2011.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **Understanding the WTO: the organization: members and observers**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/org6_e.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.